

das/ano a capacidade da planta. Em fevereiro de 2018, após um período de chuvas extremas, as autoridades determinaram a redução da produção da Alunorte em 50% de sua capacidade e no embargo do Depósito de Resíduos Sólido 2 (DRS-2), enquanto analisavam se as inundações poderiam ter resultado em transbordamentos ou vazamentos dos depósitos de resíduos sólidos da Alunorte. Mais de 90 investigações e inspeções foram realizadas por autoridades competentes e confirmaram que não houve vazamentos ou transbordamento dos depósitos de resíduos de bauxita da Alunorte. Em 25 de outubro de 2018, o IBAMA levantou o embargo anteriormente imposto para o DRS-2. Em 15 de janeiro de 2019 a SEMAS emitiu um parecer técnico confirmando que a Alunorte poderia operar com segurança em sua capacidade instalada no que diz respeito ao tratamento de efluentes e o embargo do tribunal federal sobre o uso de DRS-2. O embargo da produção foi retirado em maio de 2019 e em junho foi iniciada a retomada da produção de forma gradativa. Em setembro de 2019 foi suspenso o embargo do DRS-2 passando a Companhia ao retorno da utilização do mesmo. Desta forma, a Companhia apresentou uma redução significativa de seus volumes de produção no ano de 2019. Em função deste corte de produção, um montante total de R\$210.779 de custo fixo excedente foi reconhecido diretamente no resultado do exercício. Em 2020 a Companhia produziu cerca de 5,5 milhões de toneladas (4,5 milhões em 2019), comercializando cerca de 4,66 milhões de toneladas no mercado externo (3,92 milhões em 2019) e 734 mil toneladas no mercado interno (643 mil em 2019), totalizando 5,4 milhões de toneladas. A Companhia possui como meta para 2021 o atingimento da totalidade de sua capacidade produtiva de forma que alcance os mesmos patamares produtivos que antecederam o *curtailment* em 2018. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9, parte substancial das operações da Companhia são efetuadas com partes relacionadas. A Companhia tem atuado em diferentes frentes para apoiar os esforços de prevenção e combate ao COVID-19. Todas as iniciativas são resultado de constantes diálogos com as autoridades e comunidades locais para identificarmos as necessidades e prioridades nesse período. Durante a pandemia, a Companhia doou cerca de R\$4.279, distribuídos na construção hospitalar de campanha, aquisição de testes, cestas básicas, equipamentos médicos e de proteção individual, kits de higiene, entre outros. As doações às autoridades e comunidades foram para reforçar o enfrentamento da COVID-19, especialmente no Pará, onde está a maior parte das operações da empresa no país. Além disso, a Companhia adotou medidas de prevenção aos seus empregados no montante de R\$35.852, seguindo todas as recomendações e os protocolos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sendo essenciais para redução do risco de infecção proveniente de suas operações. A pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas pelo governo para mitigar a propagação da pandemia não impactaram significativamente as operações da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2021, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes.

2.3. Conversão da moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 5.

3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros: 3.1.1. Ativos financeiros: O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. O reconhecimento do ativo financeiro é quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, com exceção o contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado e valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No modelo de negócios adotado pela Companhia, nosso risco em relação às perdas no saldo do contas a receber é bastante limitado, haja vista que uma quantidade significativa das receitas são direcionadas para empresas relacionadas. Isso pode ser observado pela inexistência de perdas materiais históricos em nossos recebíveis. Para as vendas para terceiros, é realizada a análise de crédito onde se determina a capacidade máxima de vendas. Para a qualidade de crédito de instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas principais agências internacionais de *rating*. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reco-

nhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não identificou perdas significativas relacionadas a ativos financeiros.

3.1.2. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.1.3. Contabilidade de hedge: A Companhia optou por adotar o modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48 – instrumentos financeiros. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia utiliza contratos a termo de moeda (NDF – *non deliverable forward*) visando mitigar oscilações no fluxo de caixa em decorrência da volatilidade e exposição cambial. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo e ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos do *hedge*. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido nas demonstrações do resultado como "outros ganhos (perdas), líquidos". Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração de resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Quando um instrumento de *hedge* prescreve o que é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo o ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para o resultado em "outros ganhos (perdas), líquido. O valor justo de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

3.2. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.3. Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Terrenos, edificações e instalações fabris	2 a 41
Equipamentos de transportes	5 a 10
Maquinas, equipamentos e mat. permanente	2 a 41
Equipamentos e informática	5 a 10
Maquinas equipamentos arrendados	2 a 20
Encargos capitalizados	17 a 34
Restauração dos depósitos de resíduos ("ARO")	13 a 39

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado como "outras receitas (despesas) operacionais".

3.4. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o teste de *impairment* foi efetuado e não houve a identificação de perdas a serem reconhecidas.

3.5. Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A Companhia, ao final de cada exercício, revisa e atualiza os valores das provisões para fechamento dos Depósitos de Resíduos Sólidos 1 e 2 (DRS-1 e DRS-2). Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de circulante e não circulan-